



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

## RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA

### RELATÓRIO DE AUDITORIA EM CONTAS ANUAIS

#### DA AUDITORIA

**Modalidade:** Financeira Integrada com Conformidade

**Ato originário:** Despacho Presi 11105658, Processo SEI nº 0021513-17.2020.4.01.8000

**Objeto da auditoria:** Situação orçamentária e patrimonial da entidade, refletidas nas demonstrações contábeis de 31/12/2020 e transações subjacentes.

**Ato de designação:** Circular Presi 11110768 e Comunicado de Auditoria Seaud 11117104

**Período abrangido pela auditoria:** 01/01/2020 a 31/12/2020.

**Composição da Equipe:**

Auditor 1 – José Denilson de Sousa Cruz, matrícula TO48219 - Membro

Auditor 2 – Eveni Alves Dias, matrícula TO14103 – Supervisor

#### DO ÓRGÃO/ENTIDADE AUDITADO

**Órgão/entidade auditado:** Justiça Federal - Seção Judiciária do Tocantins (JF/SJTO)

**Vinculação:** Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)

**Responsáveis pela entidade:**

Diogo Souza Santa Cecília - CPF \*\*\*099.276-\*\*; Diretor do Foro, de 01/06/2018 a 31/05/2020.

Eduardo de Melo Gama - CPF \*\*\*645.391-\*\*; Diretor do Foro, de 01/06/2020 a 31/05/2022.

**Processos Conexos:** PAe/SEI nº 0002953-82.2020.4.01.8014; PAe/SEI nº 0021513-17.2020.4.01.8000 e PAe/SEI nº 0003005-78.2020.4.01.8014.

#### SUMÁRIO

##### 1. APRESENTAÇÃO

##### 2. INTRODUÇÃO

###### 2.1 Visão geral do objeto

###### 2.2 Objeto, objetivos e escopo da auditoria

###### 2.3 Não escopo

###### 2.4 Metodologia e limitações inerentes à auditoria

###### 2.5 Volume de recursos auditados

###### 2.6 Benefícios da auditoria

##### 3. ACHADOS DA AUDITORIA

##### 4. ASSUNTOS QUE EXIGIRAM ATENÇÃO SIGNIFICATIVA NA AUDITORIA

##### 5. DEFICIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS DE CONTROLE INTERNO

##### 6. MONITORAMENTO DE RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

##### 7. CONCLUSÕES

###### 7.1 Segurança razoável e suporte às conclusões

###### 7.2 Conclusão sobre as demonstrações contábeis

###### 7.3 Conclusão sobre a conformidade das operações, transações ou atos de gestão subjacentes

###### 7.4 Impacto dos achados nas contas da unidade jurisdicionada

###### 7.5 Apuração e eventual responsabilização de responsáveis

###### 7.6 Benefícios estimados ou esperados e volume de recursos auditados

##### 8. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

##### APÊNDICE A - DETALHAMENTO DA METODOLOGIA EMPREGADA

##### 1 - DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE PARA O TRABALHO

###### 1.1) Materialidade quantitativa

**1.2) Materialidade qualitativa****1.3) Revisão dos níveis de materialidade****2 - CRITÉRIO PARA SELEÇÃO DAS CONTAS SIGNIFICATIVAS****3 - ABORDAGEM DE AUDITORIA****4 - AVALIAÇÃO E RESPOSTA AOS RISCOS DE DISTORÇÃO RELEVANTE****5 - FORMAÇÃO DAS OPINIÕES E COMUNICAÇÕES À ADMINISTRAÇÃO****6 - MÉTODO DE AMOSTRAGEM ADOTADO NA AUDITORIA****APÊNDICE B - ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO****APÊNDICE C - COMENTÁRIOS DE GESTORES E ANÁLISES DA EQUIPE DE AUDITORIA****APÊNDICE D - PLANO DE CAPACITAÇÃO PARA A EQUIPE DE AUDITORIA****LISTA DE SIGLAS****LISTA DE TABELAS****APRESENTAÇÃO**

1. A Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Tribunal de Contas da União (TCU) a competência para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta (art. 71, II). De acordo com o art. 16, inc. I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c com art. 207 do Regimento Interno do TCU, essas contas serão julgadas regulares quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.

2. Em razão dessas atribuições constitucionais e legais, o TCU, com o apoio das unidades de Auditoria Interna, previsto no art. 74, inciso IV, da Constituição Federal, realizou a auditoria nas contas relativas ao exercício de 2020 prestadas por vários órgãos da Administração Pública Federal, incluindo o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e respectivas Seções Judiciárias, dentro da Ação Educacional – Auditoria nas Contas Anuais – Financeira Integrada com Conformidade. O apoio das unidades de Auditoria Interna se deu mediante assistência direta, nos termos da ISA/NBC TA 610 (ISSAI 2610), com a participação de membros da unidade de auditoria da Secretaria de Auditoria Interna do TRF1 e demais Seções Judiciárias vinculadas, integrando assim a equipe de auditoria na condução dos trabalhos.

3. Os objetivos da auditoria são obter segurança razoável para expressar conclusões se as demonstrações contábeis, incluindo o Balanço Patrimonial, Orçamentário e a Demonstração das Variações Patrimoniais do TRF1 e unidades vinculadas, inclusive as respectivas notas explicativas, se estão livres de distorções relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, e se as operações, transações ou os atos de gestão dos responsáveis estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de Administração Pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

4. Os resultados do trabalho incluem o presente **Relatório de Auditoria** e o **Certificado de Auditoria** (12586967), que irão compor o processo de contas anuais dos responsáveis para fins de julgamento, nos termos do inc. III do art. 9º e do inc. II do art. 50 da Lei nº 8.443/1992.

5. Este relatório está estruturado da seguinte maneira: Seções 1 e 2 contextualizam o trabalho e apresentam os elementos que ajudam na compreensão do relatório; Seção 3 apresenta os achados de auditoria e, em relação a cada um, quando identificado, as conclusões e as propostas de encaminhamento da equipe; Seção 4 destaca os assuntos que exigiram atenção significativa na auditoria; Seção 5 indica as deficiências significativas de controle interno; Seção 6, o monitoramento das recomendações e determinações de órgãos de controle; Seção 7, conclusões do trabalho da auditoria por item identificado como relevante; Seção 8, as propostas de encaminhamento; o Apêndice A detalha a metodologia empregada no trabalho; o Apêndice B apresenta as alterações na legislação afeta ao trabalho (folha de pagamento); Apêndice C, por sua vez, inclui os comentários de gestores e análise da equipe de auditoria; Apêndice D, contendo o Plano de Capacitação para os servidores que atuam na área de auditoria da entidade e, ainda, as listas de siglas, tabelas e quadros presentes nos textos.

**2. INTRODUÇÃO**

6. Trata-se de Auditoria Financeira Integrada com Conformidade autorizada por meio do Despacho Presi 11105658, PAe/SEI nº 0021513-17.2020.4.01.8000, realizada nas contas relativas ao exercício de 2020 dos responsáveis pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1 e Seções Judiciárias vinculadas, com vistas a subsidiar o julgamento dessas contas pelo TCU. A equipe de auditoria foi composta por auditores da Secretaria de Auditoria Interna do TRF1 – Secau e das unidades de Auditoria Interna das Seções Judiciárias.

**2.1 Visão geral do objeto**

7. A Seção Judiciária do Tocantins - SJTO é um ente da Administração Pública Federal, vinculada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, órgão integrante de um dos ramos do Poder Judiciário Federal. O TRF1 tem sede em Brasília e jurisdição nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Minas Gerais e Distrito Federal. As competências e atribuições dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais estão especificadas nos artigos 106 a 110 da [Constituição Federal](#).

8. As informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e de gestão da entidade auditada fazem parte dos demonstrativos contábeis e do Relatório de Gestão consolidados da Justiça Federal, do Poder Judiciário Federal, peça integrante do Balanço Geral da União - BGU.

9. Mesmo sendo uma Unidade Gestora Executora - UGE do orçamento geral da União, a SJTO não dispõe de orçamento próprio, a exemplo das demais Seções Judiciárias, tendo a sua dotação orçamentária planejada pela Unidade Orçamentária do TRF1, compondo assim o orçamento da Justiça Federal, quando da elaboração da proposta orçamentária anual elaborada pelo Conselho da Justiça Federal e encaminhada para consolidação pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF. Ou seja, toda a execução orçamentária e financeira da SJTO para o custeio das suas despesas dependem da descentralização orçamentária e repasse financeiro do TRF1, órgão que detém a autonomia e gestão dos recursos que lhes são destinados pelo CJF, dentro do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional para o exercício.

10. Os principais objetivos estratégicos da 1ª Região, constam do Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF) e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), estabelecidos nos termos da [Resolução CJF nº 313/2014](#), estando em consonância com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, formulado com a contribuição de magistrados e servidores, refletindo premissas importantes para o processo estratégico de todo o Poder Judiciário, conforme demonstrado no Mapa Estratégico da Justiça Federal.



## 2.2 Objeto, objetivos e escopo da auditoria

11. As contas auditadas compreendem as demonstrações contábeis que incluem itens dos balanços patrimonial, orçamentário, demonstração das variações patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 para o exercício findo nessa data, com as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis adotadas, bem como as operações, transações ou os atos de gestão relevantes dos responsáveis, subjacentes às demonstrações contábeis incluídas nesses itens auditados.

12. Os objetivos da auditoria são obter segurança razoável para expressar conclusões se as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e orçamentária da SJTO em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, e se as operações, transações ou os atos de gestão relevantes subjacentes, que incluiu os processos de trabalho auditados, estão em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

## 2.3 Não escopo

13. Não faz parte do escopo da auditoria os processos de trabalho que não integraram a Gestão da Folha de Pagamento, outras rubricas, além dos ciclos contábeis, riscos inerentes, incluindo as transações subjacentes, com impacto direto ou indireto sobre as demonstrações contábeis, que não foram objeto de análise pela equipe de auditoria, de acordo com o Programa de Auditoria.

## 2.4 Metodologia e limitações inerentes à auditoria

14. Durante a realização dos trabalhos, não foram identificadas restrições às atividades da auditoria. No entanto, há de se registrar a inobservância do princípio da segregação de funções entre as atividades de auditoria contábil e setorial contábil, desempenhadas por um único servidor, em desacordo com os princípios básicos de controle interno e dispositivos da [Resolução CNJ 309/2020](#). Registra-se, porém, os esforços e empenho da Administração em sanar essa demanda, no sentido de requisitar servidores de outros órgãos, com esse perfil, conforme o andamento dos autos do PAe/SEI nº 0005050-55.2020.4.01.8014, tendo em vista que a SJTO não dispõe de outros servidores em seu quadro de pessoal com essa formação e que preencham os requisitos para assumir isoladamente a setorial contábil.

15. Outra ocorrência que merece ser mencionada neste item é o fato de esta auditoria ser a primeira cujo objeto são as Contas Anuais - Financeira Integrada com Conformidade. Dada a pequena experiência da equipe de auditoria com trabalho dessa natureza, fazem-se necessárias ações de capacitações que permitam a equipe realizar auditorias nos próximos exercícios com maior asseguarção, mitigando assim as lacunas existentes nessa área de capacitação.

16. A auditoria foi desenvolvida sob a orientação técnica do TCU, dentro da Ação Educacional – Auditoria nas Contas Anuais – Financeira Integrada com Conformidade e conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria aplicáveis ao setor público, consistentes nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas à Auditoria (NBCTA), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente (ISA), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC); Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI); e Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT).

17. Tais normas requerem o cumprimento de exigências éticas, o exercício de julgamento e ceticismo profissionais, a aplicação do conceito de materialidade e a identificação e a avaliação de riscos de distorção relevantes nas demonstrações auditadas ou de desvio de conformidade relevante nas transações subjacentes, independentemente se causados por erro ou fraude, bem como a definição e a execução de procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, a fim de se obter segurança razoável, mediante evidência de auditoria suficiente e apropriada, para suportar as conclusões em que se fundamenta a opinião de auditoria.

18. Ao planejar os trabalhos, procurou-se obter conhecimento prévio do ambiente do controle interno, relevante para a auditoria planejar e executar os procedimentos de auditoria mais apropriados às circunstâncias e na extensão julgada necessária. Avaliou-se a adequação dos procedimentos contábeis utilizados e respectivas divulgações feitas pela administração, bem como a apresentação, a estrutura e o conteúdo geral das demonstrações contábeis, incluindo se as transações e os eventos subjacentes estão apresentados de forma adequada.

19. A definição e a execução dos procedimentos de auditoria incluíram testes substantivos de análise e conferências dos itens indicados pela materialidade, dentro do processo de trabalho selecionado. Os aspectos relevantes da metodologia aplicada no desenvolvimento e execução do Plano de Auditoria encontram-se detalhados no Apêndice A deste relatório.

20. Conforme exigido pelas normas de auditoria, as distorções - quando detectadas durante a auditoria - seriam comunicadas à administração, por meio da peça denominada Relatório Preliminar de Comunicações de Distorções 11949572, de forma a possibilitar, se aplicável, as correções necessárias para evitar que as demonstrações contábeis fossem encerradas com distorções e a equipe de auditoria fosse obrigada a emitir uma opinião modificada. No entanto, o relatório preliminar foi emitido sem indicação de distorções não corrigidas, pelos motivos nele expostos e não foi comunicado aos responsáveis pela gestão, em função de não apresentar elementos significativos que pudessem interferir na condução dos trabalhos, até à conclusão do relatório final.

21. O trabalho foi conduzido conforme o Comunicado de Auditoria 11117104 e com a Estratégia Global de Auditoria TRF1 11413996. Conforme exigido pelas normas de auditoria (NAT 52; ISA/NBCTA 220, 14; ISSAI 2220, 14), a equipe de auditoria possui coletivamente as competências e as habilidades necessárias para o desempenho de suas atribuições. A opinião sobre as demonstrações expressa no Certificado de Auditoria (12586967) levou em consideração as conclusões registradas na Formação de Opinião 11413996.

22. Devido às limitações inerentes ao trabalho de auditoria, juntamente com as limitações inerentes aos controles internos, há um risco inevitável de que distorções relevantes não tenham sido detectadas pelas amostras selecionadas, ainda que o trabalho tenha sido adequadamente planejado e executado de acordo com as normas de auditoria mencionadas.

## 2.5 Volume de recursos auditados

23. O volume de recursos auditados ficou em torno de R\$ 18 milhões, na perspectiva patrimonial, considerando os saldos das contas contábeis selecionados pelo percentual da materialidade para a execução, nos percentuais sugeridos pelo TCU e R\$ 10 milhões pela perspectiva orçamentária, nas naturezas de despesas que

impactaram registros contábeis na referidas contas.

24. A Tabela abaixo apresenta o alcance da auditoria das despesas liquidadas do orçamento de 2020 descentralizado para a UG 090038/JFTO, examinadas mediante testes de detalhes e aplicados nas contas contábeis selecionadas pela materialidade, considerando o escopo da auditoria e o processo de trabalho envolvido (rubricas da folha de pagamento). Esses procedimentos de auditoria aplicados nos saldos das contas alcançaram o total de 13% das despesas liquidadas.

**Tabela 1 - Despesas liquidadas objeto de testes de detalhes**

| Programa/Ação Orçamentária  | Natureza da Despesa Detalhada   | Despesa Liquidada    | %          | Restos a Pagar Não Processados | %          |
|---|---|----------------------|------------|--------------------------------|------------|
| 33-Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário<br>0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União;<br>20TP-Ativos Civis da União | 31900101-PROVENTOS - PESSOAL CIVIL                                      | 741.963,84           | 0,93       | -                              | -          |
|   | 31900103-APOSENTADORIAS PENDENTES DE APROVAÇÃO TCU - PESSOAL CIVIL      | 3.453.268,18         | 4,35       | -                              | -          |
|   | 31900106-13 SALÁRIO - PESSOAL CIVIL                                     | 111.178,70           | 0,14       | -                              | -          |
|   | 31900120-13º SALÁRIO - APOSENTADORIAS PENDENTES DE APROVAÇÃO TCU        | 156.895,28           | 0,20       | -                              | -          |
|   | 31900301-PENSÕES CIVIS  | 147.441,23           | 0,19       | -                              | -          |
|   | 31900303-13 SALÁRIO - PENSÕES CIVIS                                     | 6.182,63             | 0,01       | -                              | -          |
|   | 31901142-FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS                                | 245.721,12           | 0,31       | -                              | -          |
|   | 31901143-13º SALÁRIO  | 3.248.913,65         | 4,09       | -                              | -          |
|   | 31901145-FÉRIAS - 1/3 CONSTITUCIONAL                                    | 1.193.845,05         | 1,50       | -                              | -          |
|   | 31901632-SUBSTITUIÇÕES  | 249.368,83           | 0,31       | -                              | -          |
|   | 31901633-GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO CUMULATIVO DE OFÍCIOS OU JURISDIÇÃO | 741.287,90           | 0,93       | 54.953,38                      | 100        |
| <b>Total Auditado</b>   |   | <b>10.296.066,41</b> | <b>13</b>  | <b>54.953,38</b>               | <b>100</b> |
| <b>Total Despesas Liquidadas</b>  |   | <b>79.445.201,56</b> | <b>100</b> |                                | <b>100</b> |

Fonte: Siafi – Execução orçamentária e financeira e Tesouro Gerencial 2020.

## 2.6 Benefícios da auditoria

25. Entre os benefícios estimados da auditoria, citam-se a melhoria das informações e dos controles internos sobre a conformidade dos atos de gestão orçamentária e patrimonial e dos respectivos registros contábeis, bem como sobre o processo de elaboração das demonstrações contábeis, mediante convergência aos padrões internacionais em implementação pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A comunicação preliminar das distorções à administração, caso houvesse, por exemplo, permitiria gerar informação mais fidedigna que, por sua vez, melhoraria a qualidade e a credibilidade da prestação de contas anual dos responsáveis pelos atos de gestão.

## 3. ACHADOS DA AUDITORIA

26. Considerando o Planejamento da Auditoria, em que foi levantado o Processo de Trabalho (Gestão da Folha de Pagamento), de acordo com a relevância dos itens selecionados, contendo algumas rubricas da folha (férias, 13º salário, substituições, aposentadorias, pensões e Gaju) objeto de análise da auditoria, aplicaram-se procedimentos inerentes às técnicas de auditoria, envolvendo os conceitos de análise de riscos sobre o ciclo contábil e etapas do processamento da folha, execução orçamentária, classificações contábeis e a avaliação dos controles internos relacionados.

27. Ainda dentro do Programa de Auditoria, elaboraram-se as materialidades quantitativa e qualitativa para a execução dos trabalhos propriamente ditos, agregando os conceitos dessa técnica sobre os itens objeto da análise, quando se teve conhecimento do volume dos recursos a serem auditados (R\$ 10.351.019,79), bem como do valor considerado relevante e significativo pelo aspecto quantitativo (R\$ 1.197.140,00), Materialidade para Execução - ME e os valores abaixo desse montante, mas significativo pela natureza, com impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis no encerramento do exercício e que pudessem influenciar a opinião da equipe de auditoria por ocasião da emissão do Certificado de Auditoria.

28. Durante a fase de execução dos trabalhos, utilizando-se de testes e procedimentos planejados, na extensão julgada necessária, não foram identificadas ocorrências classificadas como "Achados de Auditoria" significantes, considerando os valores de referência da materialidade para execução, que pudessem ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis e os atos de gestão subjacentes, de forma a mudar a opinião da equipe de auditoria sobre a fidedignidade dos relatórios financeiros que acompanham as contas dos responsáveis pela unidade prestadora de contas.

### Proposta de encaminhamento

29. Não se aplica, considerando que não foram identificadas ocorrências significativas que justificassem o encaminhamento de proposta à gestão, com recomendações referentes a este item do relatório.

### Notas Explicativas às demonstrações contábeis atendem aos requisitos da Estrutura de Relatório Financeiro

30. A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público define que o Relatório de Propósito Geral (nesse caso, o Relatório de Gestão 2020) abrange as demonstrações contábeis, incluindo as suas notas explicativas. Enfatiza, ainda, que as referidas notas são parte integrante das demonstrações contábeis, enquanto a NBC TSP 11, que regulamenta a apresentação das Demonstrações Contábeis no setor público, estabelece o conjunto básico de informações que devem constar nas notas explicativas, bem como a sua estrutura.

31. De acordo com a NBC TSP 11, as notas explicativas devem conter informação adicional em relação àquela apresentada nas demonstrações contábeis. Elas oferecem descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

32. Devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada entre informações dessas demonstrações e aquelas correspondentes apresentadas nas notas explicativas.

33. O MCASP, Parte V, por sua vez, define que notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e são parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, devendo ser claras, sintéticas e objetivas e englobar informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras

informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações. O MCASP discrimina, para cada uma das DCASP, as notas explicativas que devem ser elaboradas para acompanhá-las.

34. A Macrofunção STN/Siafi 020318 - Norma de Encerramento orienta que as unidades prestadoras de contas devem divulgar o relatório de gestão, elaborar a declaração anual do contador, as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas nos sítios eletrônicos dessas unidades, (item 8.2). Adicionalmente, orienta o gestor sobre quais contas ou grupos de contas devem prover informação adicional às demonstrações contábeis.

35. As Notas Explicativas às demonstrações contábeis da SJTO, peça integrante do Relatório de Gestão 2020, apresentaram as exigências básicas de estrutura e de conteúdo estabelecidas no MCASP e na NBC TSP 11, afetando, de forma relevante, o entendimento das demonstrações contábeis pelos usuários.

36. No exame das referidas Notas Explicativas, não foram identificadas inconsistências ou omissões significativas que pudessem comprometer o entendimento das demonstrações contábeis pelos usuários das informações.

#### 4. ASSUNTOS QUE EXIGIRAM ATENÇÃO SIGNIFICATIVA NA AUDITORIA

37. Assuntos que exigiram atenção significativa na auditoria não são achados, mas podem fornecer aos usuários uma base para obtenção de informações adicionais da administração e com os responsáveis pela governança sobre determinados assuntos relacionados à entidade, às demonstrações contábeis auditadas ou à auditoria realizada (ISA/NBCTA 701, itens 3 e 9).

38. Para a CGU e para as unidades técnicas do TCU, esses assuntos podem constituir-se em importantes indicativos ou subsídios para ações de controle ou a realização de auditorias operacionais.

39. Durante a realização dos trabalhos e considerando o escopo da auditoria, não foram identificados assuntos ou ocorrências que justificassem uma indicação específica pela equipe da autoria como um assunto que exigisse atenção significativa.

#### 5. DEFICIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS DE CONTROLE INTERNO

40. Nos termos da [NBC TA 265](#), que dispõe sobre a comunicação da deficiência de controle interno, consta que "*Deficiência significativa de controle interno é a deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno que, no julgamento profissional do auditor, é de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança (ver item A5).*"

41. Mesmo não sendo considerada uma deficiência de controle interno relevante individualmente ou em conjunto, de acordo com as normas que disciplinam a matéria, identificou-se como deficiência de controle o registro de **R\$ 54.953,38** (cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos), referente à despesa do exercício de 2020, reconhecida (liquidada) em 2021, impactando a DVP deste exercício.

42. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará o regime de competência no reconhecimento da despesa e na assunção de compromisso (art. 50, II).

43. A NBC TSP – Estrutura Conceitual, que estabelece os conceitos para a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público, prescreve que eles devem ser elaborados com base no regime de competência (item 1.1).

44. O MCASP - 8ª edição, item 1.2, conceitua regime de competência como aquele no qual as transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (não necessariamente quando caixa e equivalentes de caixa são recebidos ou pagos). Portanto, transações e eventos são registrados contabilmente e reconhecidos nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referirem. Os elementos reconhecidos, de acordo com o regime de competência, são ativos, passivos, patrimônio líquido, variações patrimoniais aumentativas (VPA) e variações patrimoniais diminutivas (VPD), entre essas últimas, as despesas.

45. Assim, despesas e obrigações devem ser reconhecidas no período contábil em que o fato gerador ocorra, mesmo que o pagamento ocorra em momento posterior. Para essas situações, a Macrofunção Siafi 020336 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) orienta que, para o atendimento ao regime de competência, é necessário que todos os passivos sejam reconhecidos, ainda que não seja possível ter certeza do seu prazo de exigibilidade ou mesmo do seu valor. .

46. Diante disso, constatou-se o não reconhecimento da despesas do exercício de 2020 (aspecto patrimonial) referente à GAJU, folha de pagamento de dezembro (fato gerador da despesa) doc. 12078470, pela inscrição em Restos a Pagar Não Processados, conta 622130500 (execução orçamentária). A informação da Folha de Pagamento da Gaju gerada em **28/12/2020**, acerca da execução orçamentária na ND - Natureza Despesa 31909216 - Despesa de Exercícios Anteriores não teve efeito nessa ND, tendo em vista que a execução orçamentária ocorreu no próprio exercício, afetando a ND 31901633-Gaju, conforme demonstrado na inscrição do referido Restos a Pagar Não Processados, 2020NE0000161, 2020NS0004611, quando da indicação do ordenador de despesas. Ao contrário da execução orçamentária, o registro da despesa (VPD-31110400-Gratificação) ocorreu somente em 2021, por ocasião da liquidação dos Restos a Pagar Não Processados e o consequente pagamento, documentos Siafi Web 2021FL0007/2021NS000045.

47. Considerando que o fato gerador da despesa (Gaju) ocorreu em 2020 e houve a execução orçamentária ainda naquele exercício, o procedimento administrativo seria registrar o valor em Restos a Pagar Processados (despesa liquidada), reconhecendo a despesa (VPD-31110400) no seu respectivo exercício de competência, ficando pendente somente a obrigação de pagamento para o exercício seguinte, atendendo assim às Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NCASP e à [Resolução CJF 341/2015](#), que trata do pagamento da Gaju.

48. Conclui-se, assim, que essa VPD (Variação Patrimonial Diminutiva) apresentada na DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais, relativa ao exercício de 2020, bem como o BP - Balanço Patrimonial (Passivo Circulante) encerraram o exercício subavaliados em R\$ 54.953,38, em razão de o registro da despesa e a obrigação terem impactados as referidas demonstrações somente em 2021.

49. Em relação à conformidade dos atos de gestão, identificou-se inconsistência no procedimento de reconhecimento da despesa pelo aspecto patrimonial (afetação patrimonial), pela inscrição da despesa da Gaju-dez/2020 em Restos a Pagar Não Processados, sendo que o procedimento adequado seria em Restos a Pagar Processados, tendo em vista que o fato gerador da despesa ocorreu no próprio exercício.

#### Proposta de encaminhamento

50. Diante da constatação verificada, recomenda-se que a gestão adote controles internos administrativos e contábeis para prevenir, detectar e corrigir tempestivamente inconsistências dessa natureza que possam afetar, mesmo que sem efeito relevante sobre as demonstrações contábeis, no que diz respeito à execução orçamentária, de acordo com o fato gerador da despesa em atendimento ao regime de competência, conforme estabelecido no art. 50, II, da LRF e nas normas de contabilidade aplicáveis ao setor público.

#### 6. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

51. Considerando que a presente auditoria é a primeira tendo como objeto as contas anuais, integrada com conformidade, sob a orientação técnica do TCU, não consta, ainda, objeto para este item do relatório. No entanto, de acordo com o Plano Anual de Auditoria 11673425, constam ações a serem realizadas ao longo do exercício de 2021, cujo objeto está inserido no escopo da presente auditoria.

#### 7. CONCLUSÕES

52. Realizou-se, sob a orientação técnica do TCU, nos termos do art. 74, inc. IV, da Constituição Federal, dentro da Ação Educacional - Auditoria nas Contas Anuais - Financeira Integrada com Conformidade, a auditoria relativa ao exercício de 2020 dos responsáveis pela SJTO.

53. As contas auditadas compreendem os balanços patrimonial e orçamentário em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações das variações patrimoniais para o exercício findo nessa data, com as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis e as respectivas operações, transações ou os atos de gestão relevantes dos responsáveis, subjacentes às demonstrações contábeis incluídas no escopo da auditoria, de acordo com o planejamento contido no Programa de Auditoria.

54. Os objetivos da auditoria são obter segurança razoável para expressar conclusões se as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nos itens auditados, a posição patrimonial e orçamentária da SJTO em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público; e se as operações, transações ou os atos de gestão relevantes dos responsáveis envolvendo os itens analisados estão em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com as leis e os regulamentos aplicáveis e os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

#### 7.1 Segurança razoável e suporte às conclusões.

55. Segurança razoável é um alto nível de segurança, de acordo com as normas que tratam do tema, mas não uma garantia absoluta de que a auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre irá detectar uma distorção relevante ou um desvio de conformidade relevante quando existir. As distorções nas demonstrações contábeis e os desvios de conformidade nas operações, transações ou atos subjacentes podem ser decorrentes de fraude ou erro e são considerados relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas com base nas contas auditadas.

56. Conforme exigido pelo item 26 da ISA/NBCTA 330/ISSAI 2330 – Resposta do auditor aos Riscos Avaliados, e com os itens 179 e 181 da ISSAI 4000 – Norma para auditoria de conformidade, na extensão julgada necessária, for obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente para formar as conclusões da auditoria.

57. Ressalta-se que as demonstrações contábeis da entidade para o exercício findo em 31 de dezembro 2019 não foram auditadas, nem obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente se os saldos iniciais continham distorções que afetaram de forma relevante as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

58. Foram realizadas as avaliações específicas requeridas pelos itens 12 a 15 da ISA/NBC TA 700/ISSAI 2700 – Formação de opinião e emissão do relatório do auditor se as demonstrações contábeis auditadas, dentro do escopo da auditoria, na extensão julgada necessária, para extrair as conclusões que fundamentam as opiniões emitidas no certificado de auditoria (12590203).

#### 7.2 Conclusão sobre as demonstrações contábeis

59. Concluiu-se que as ocorrências apontadas na Seção 5 – Deficiências significativas de controle interno deste relatório não são relevantes no aspecto quantitativo, individualmente ou em conjunto, e não têm efeitos generalizados sobre as demonstrações contábeis acima referidas, uma vez que (i) restringe-se a elemento específico de despesa, conta contábil ou itens específicos das demonstrações contábeis; (ii) não representa parcela substancial das demonstrações contábeis e (iii) em relação às divulgações, não afetam o entendimento das demonstrações contábeis pelos usuários. Ou seja, não é considerado um achado de auditoria, não constando assim em item específico do relatório (Seção 3).

#### 7.3 Conclusão sobre a conformidade das operações, transações ou atos de gestão subjacentes

60. Não se aplica, considerando que as ocorrências apontadas na Seção 5, já citadas, relacionadas às conformidades das operações, transações ou atos de gestão subjacentes não são relevantes no aspecto quantitativo ou qualitativo, individualmente ou em conjunto, com efeito sobre as demonstrações contábeis.

#### 7.4 Impacto dos achados nas contas da unidade jurisdicionada

61. Não se aplica, considerando que não foram identificadas ocorrências significativas classificadas como "achados" no escopo da auditoria que pudessem ter impacto significativo e relevante sobre as demonstrações contábeis e nas contas da unidade jurisdicionada (UJ).

#### 7.5 Apuração e eventual responsabilização de responsáveis

62. Não se aplica. Nos termos do art. 41, § 1º, da Lei nº 8.443/1992, c/c arts. 237, inc. V, e 246, do RITCU, e com art. 19 da DN - TCU Nº 180/2019, a apuração de eventuais responsabilidades por ocorrências identificadas, seria objeto de representação. No entanto, não foram identificadas ocorrências dessa natureza.

#### 7.6 Benefícios esperados e volume de recursos auditados

63. Como já mencionado no presente relatório, dentre os benefícios qualitativos esperados da implementação das deliberações propostas, citam-se o aumento da transparência da gestão, a melhoria das informações e o aprimoramento dos controles internos sobre a conformidade dos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial e dos respectivos registros contábeis, bem como sobre o processo de elaboração das demonstrações contábeis, alinhando-os aos padrões internacionais em implementação pela STN, para convergir as práticas contábeis adotadas no Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

64. A comunicação preliminar das distorções, se detectadas durante a auditoria à administração e antes do encerramento do exercício, por exemplo, permitiria que despesas de 2020 (R\$ 54.953,38), representando 2,14% do passivo exigível, fossem reconhecidas no respectivo exercício de competência, gerando informação mais fidedigna que, por sua vez, melhora a qualidade e a credibilidade da prestação de contas anuais, o que incrementa a confiança dos cidadãos na instituição.

65. Os benefícios quantitativos financeiros que poderiam ser obtidos, caso as ações contidas nas propostas de encaminhamento fossem adotadas, seria o valor da despesa e passivo reconhecidos de acordo com as práticas contábeis adotadas no setor público, no que diz respeito à ocorrência do fato gerador da despesa (regime contábil da despesa), gerando assim informações fidedignas nas demonstrações contábeis, base para a prestação de contas pelos responsáveis pelos atos de gestão.

66. O volume de recursos auditados ficou em torno de R\$ 18 milhões, na perspectiva patrimonial, considerando os saldos das contas contábeis selecionados pelo percentual de materialidade para a execução da auditoria, nos percentuais sugeridos pelo TCU e R\$ 10 milhões pela perspectiva orçamentária, nas naturezas de despesas que impactaram registros contábeis na referidas contas (despesas liquidadas no exercício).

## 8. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

67. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração do Diretor do Foro, para conhecimento, propondo:

**Recomendar** à gestão da SJTO, com fundamento nas normas de auditoria aplicadas ao setor público, baseado no art. 11 da [Resolução-TCU 315, de 2020](#), que:

a) com relação à Seção 5 do relatório, que trata de deficiências significativas de controle interno, mesmo não sendo uma inconsistência significativa, que estabeleça controles internos administrativos e contábeis para prevenir, detectar e corrigir tempestivamente ocorrências dessa natureza com impactos nas demonstrações contábeis no que diz respeito à inscrição de Restos a Pagar Não Processados, cuja despesa teve seu fator gerador ocorrido no próprio exercício, dentro do conceito de liquidação da despesa, em obediência ao regime de competência, conforme estabelecido no art. 50, II, da LRF e nas normas de contabilidade aplicáveis ao setor público;

b) dar conhecimento às unidades auditadas do conteúdo deste relatório.

## APÊNDICE A - DETALHAMENTO DA METODOLOGIA EMPREGADA (Textos adaptados do Relatório em Contas Anuais do TCU, TC nº 023.708/2019-0, quando aplicável)

### 1 - DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE PARA O TRABALHO

*"A materialidade é um conceito utilizado pelo auditor para estabelecer o nível (ou os níveis) a partir do qual as distorções na informação ou as não conformidades do objeto de auditoria serão consideradas relevantes e, assim, tratadas para fins de planejar, executar e relatar a auditoria.*

*O conceito é utilizado em todas as fases da auditoria: na fase de **planejamento**, para determinar o que é significativo para os procedimentos preliminares de avaliação de risco e para planejar os procedimentos de auditoria; na fase de **execução**, para avaliar o efeito dos achados identificados na auditoria; e na fase de **relatório**, para formar a conclusão ou opinião de auditoria com base na relevância dos achados, individualmente ou em conjunto, bem como para*

fundamentar as propostas de encaminhamento do relatório. Os julgamentos sobre materialidade são realizados com base nos critérios de magnitude das distorções e dos efeitos das não conformidades (materialidade quantitativa), e da natureza e circunstâncias da sua ocorrência (materialidade qualitativa)."

### 1.1) Materialidade quantitativa

1.1.1. Conforme o Manual de Auditoria Financeira do TCU, item 226, e a ISA/NBCTA 320, ISSAI 2320, ao estabelecer a estratégia global de auditoria, o auditor deve determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo (materialidade global ou materialidade no planejamento), a materialidade para execução da auditoria e estabelecer o limite para acumulação de distorções, de modo a permitir a avaliação dos riscos de distorções relevantes e a determinação da natureza, época e extensão (tamanho das amostras) dos procedimentos adicionais de auditoria. A materialidade, no aspecto quantitativo, geralmente é definida mediante a aplicação de um percentual sobre determinado valor de referência que reflita razoavelmente o nível de atividade financeira do objeto da auditoria, como o total das despesas, das receitas, do ativo, do passivo, do lucro etc.

1.1.2. O Tribunal de Contas Europeu (ECA, na sigla em inglês) estabelece que a materialidade para o trabalho como um todo deve se situar entre 0,5% e 2% do valor de referência. O Instituto dos Auditores Independentes Certificados dos Estados Unidos (AICPA, na sigla em inglês) considera o total das despesas (p.ex.: dotação autorizada, despesa empenhada) como o referencial provavelmente mais apropriado para as auditorias das entidades do setor público (Audit Guide, 2014, p. 404). Já a Federação Internacional de Contadores (IFAC, na sigla em inglês) orienta que se o lucro não é uma medida útil (como no caso das entidades sem fins lucrativos e da maioria das entidades do setor público), o auditor pode considerar outras bases como: de 1% a 3% das receitas ou despesas; de 1% a 3% dos ativos; ou de 3% a 5% do patrimônio líquido.

1.1.3. Pesquisas recentes, realizadas no âmbito das especializações em auditoria financeira do TCU, corroboraram que o intervalo situado entre 0,5% a 2% do valor de referência é o mais utilizado pela maioria das EFS (o somatório do % das EFS que adotam ultrapassa 100% pelo fato de que cada EFS pode adotar mais de um referencial).

**Tabela 2 – Referências e percentuais adotados pelas EFS**

| Referencial adotado | % EFS que adotam o referencial | Intervalo aplicado sobre o referencial | % de EFS que adotam |
|---------------------|--------------------------------|--|---------------------|
| Despesa total       | 96%                            | 0,5% - 2%                              | 40%                 |
| Ativo total         | 77%                            | 0,5% - 2%                              | 21%                 |
|                     |                                | 1%                                     | 21%                 |
| Passivo total       | 36%                            | 0,5% - 2%                              | 60%                 |
| Receita total       | 77%                            | 0,5% - 2%                              | 43%                 |

Fonte: Adaptado de Melo, 2019. TCC Materialidade em auditoria financeira no setor público.

1.1.4. Assim, a escolha do valor de referência nesta auditoria recaiu sobre o total de Provisões Recebidas (R\$ 79.809.299,73), em função de ter maior representatividade na execução do orçamento da unidade prestadora de contas (UPC) e melhor servir de base para comparação com a execução da despesa no exercício.

1.1.5. Por conseguinte, a Materialidade Global (MG), a Materialidade para Execução da Auditoria (ME) e o Limite para Acumulação de Distorções (LAD) foram determinados nesta auditoria, considerando a relevância financeira individual da conta, classe ou ciclo de transações em relação ao total das provisões recebidas em 31/12/2020. A Tabela 3, abaixo, apresenta os níveis de materialidade com seus respectivos valores estabelecidos no planejamento e utilizados na execução da auditoria.

**Tabela 3 – Níveis de Materialidade Revisado (R\$)**

| VR – Valor de referência                   | Provisão Recebida | 79.809.299,73 |
|--|-------------------|---------------|
| MG – Materialidade Global                  | 2% do VR          | 1.596.185,99  |
| ME – Materialidade para Execução           | 75% da MG         | 1.197.139,50  |
| LAD – Limite para Acumulação de Distorções | 5% da MG          | 79.809,30     |

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria, com base no saldo da conta 522210100, em 31/12/2020.

1.1.6. Assim, a MG – Materialidade Global de R\$ 1.596.185,99 foi o parâmetro quantitativo considerado por ocasião da avaliação dos efeitos das distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, para extrair as conclusões em que se fundamenta a opinião de auditoria. Não foram determinados níveis de materialidade inferiores à MG para classes específicas de transações, saldos contábeis e divulgações, pois não se considerou necessário, nas circunstâncias específicas da auditoria, considerando o processo de trabalho envolvido e selecionado no planejamento dos trabalhos. No entanto, as análises das contas não se limitaram aos saldos que ficaram acima da MG, em função da natureza e circunstâncias das transações envolvidas, reflexos nas demonstrações contábeis e a conformidade envolvendo as transações subjacentes.

1.1.7. A ME – Materialidade para Execução dos testes de auditoria foi estabelecida em 75% da MG, de acordo com orientação do TCU. Esse percentual geralmente varia entre 50% e 75%, conforme as práticas adotadas. Quando o risco é maior, o percentual se aproxima mais dos 50% do que dos 75%. Do contrário, o risco é considerado menor. Por conseguinte, o valor de R\$ 1.197.139,50 foi o utilizado para determinar a relevância financeira individual das contas (contas significativas) e como parâmetro para determinar se os saldos dessas contas estavam relevantemente distorcidos, com impactos nas demonstrações contábeis.

1.1.8. O LAD representa o valor abaixo do qual as distorções de valores serão consideradas claramente triviais e, portanto, não serão acumuladas durante a auditoria, desde que, quando julgadas pelos critérios qualitativos de natureza ou circunstâncias, não sejam consideradas claramente triviais. Esse limite foi estabelecido em 5% da MG, resultando no valor de R\$ 79.809,30. Esse percentual pode variar entre 3% e 5% da materialidade global, a depender da avaliação de riscos (MAF, 234).

### 1.2) Materialidade qualitativa

1.2.1. A natureza e as circunstâncias relacionadas a algumas distorções podem levar a equipe de auditoria a avaliá-las como relevantes ainda que estejam abaixo dos limites quantitativos de materialidade definidos para o trabalho. A perspectiva qualitativa da materialidade considera a:

- **relevância pela natureza** – qualquer suspeita de má gestão grave, fraude, ilegalidade ou irregularidade, distorção intencional ou manipulação de resultados ou informações;
- **relevância pelas circunstâncias** – devido ao contexto em que ocorrem, podem mudar a impressão dos usuários previstos e ter um efeito significativo nas suas decisões.

### 1.3) Revisão dos níveis de materialidade

1.3.1. Após o encerramento do exercício e antes de avaliar o efeito das distorções não corrigidas, a equipe de auditoria reavaliou os níveis de materialidade estabelecidos no planejamento para confirmar se continuavam apropriados.

1.3.2. A ME e o LAD permaneceram apropriados, uma vez que a utilização do valor menor estabelecido na fase de planejamento resultou em maior cobertura das demonstrações contábeis e na aplicação de testes de auditoria mais extensivos, aumentando a segurança obtida na auditoria e, por consequência, nas suas conclusões e opiniões.

1.3.3. A MG revisada, superior em 48,88% à estabelecida inicialmente no planejamento, foi considerada para determinar se as distorções não corrigidas eram relevantes, individualmente ou em conjunto, e extrair as conclusões em que se fundamentam as opiniões expressas no certificado de auditoria.

**Tabela 4 - Determinação da materialidade para as demonstrações contábeis como um todo (materialidade para o planejamento)**

| 1   | 2  | 3                    | 4                    | 5  | 6                         |
|---|--|----------------------|----------------------|--|---------------------------|
| Determinação e revisão da materialidade para o planejamento   | Referencial adotado                              | Limites aplicáveis % | Percentual utilizado | Valor monetário do referencial utilizado | Materialidade determinada |
| Materialidade inicial (31/07/2020)  | Total Despesa (Provisão Recebida pela UG 090038) | 0,5% - 2%            | 2,0%                 | 53.606.383,85                            | 1.072.127,68              |
| Materialidade revisada (31/12/2020)   | Total Despesa (Provisão Recebida pela UG 090038) | 0,5% - 2%            | 2,0%                 | 79.809.299,73                            | 1.596.185,99              |
| <b>Descrições relacionadas à determinação da materialidade:</b>   |  |                      |                      |  |                           |
| 1. Justificativa para utilização do referencial:  |  |                      |                      |  |                           |
| Utilizou-se como referencial a Provisão Recebida, considerando que a execução orçamentária e financeira na unidade/UG 090038-JFTO, depende da descentralização orçamentária do Tribunal, que por sua vez está incluída na dotação única da Unidade Orçamentária Justiça Federal da 1ª Região.                         |  |                      |                      |  |                           |
| 2. Justificativa para o percentual utilizado:   |  |                      |                      |  |                           |
| Utilização no limite máximo aplicável (estudos), considerando as análises de riscos, estudo do objeto, entendimento da entidade, maturidade da equipe da auditoria em trabalhar com auditoria de contas (primeiro trabalho) e extensão dos testes que poderão ser aplicados, em função do percentual a ser utilizado. |  |                      |                      |  |                           |
| 3. Considerações sobre distorções que poderiam ser relevantes pela sua natureza (aspecto qualitativo):  |  |                      |                      |  |                           |
| Dependeu da análise, após a seleção das contas pelo critério da materialidade e relevância das contas consideradas sensíveis, que apresentam ciclos contábeis que possam oferecer riscos de a auditoria não identificar distorções relevantes no aspecto qualitativo.   |  |                      |                      |  |                           |
| 4. Razões para revisão da materialidade:  |  |                      |                      |  |                           |
| A auditoria de contas e conformidade iniciada antes do encerramento do exercício (31/07/2020) e considerando que o maior volume de transações, execuções orçamentárias e financeiras ocorrem no final do exercício, com grande impacto no referencial utilizado.  |  |                      |                      |  |                           |

**Tabela 5 - Determinação da materialidade para a execução da auditoria**

| 1                                   | 2  | 3                                 | 4                              | 5  |
|-------------------------------------|--|-----------------------------------|--------------------------------|--|
| Materialidade                       | Referencial adotado                              | Materialidade para o planejamento | Percentual utilizado (50%-75%) | Materialidade para execução da auditoria |
| Materialidade inicial (31/7/2020)   | Total Despesa (Provisão Recebida pela UG 090038) | 1.072.127,68                      | 75%                            | 804.095,76                               |
| Materialidade revisada (31/12/2020) | Total Despesa (Provisão Recebida pela UG 090038) | 1.596.185,99                      | 75%                            | 1.197.139,50                             |

## 2 - CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DAS CONTAS SIGNIFICATIVAS

"2.1. As contas contábeis foram consideradas significativas pela:

### I - relevância financeira, quando:

a) o seu saldo foi maior ou igual ao valor da ME;

b) compôs o ciclo contábil, cujo somatório foi maior ou igual ao valor da ME;

c) o histórico dos saldos do exercício foi maior ou igual ao valor da ME: ocorre especialmente com as contas de despesas, considerando que a execução cresce ao longo do exercício e atinge a materialidade exigida.

### II - relevância qualitativa, quando:

d) o seu saldo foi inferior ao valor da ME, mas podia ser relevante pela natureza ou incluiu risco de distorção relevante pelas circunstâncias e/ou foi relevante pelo critério de sensibilidade pública."

## 3 - ABORDAGEM DE AUDITORIA

3.1 A decisão da equipe foi por uma abordagem com ênfase em testes com análise de saldos para os ciclos contábeis que envolveram contas ou ciclos de transações cujas operações, atividades ou transações subjacentes foram consideradas significativas, considerando o processo de trabalho identificado no Programa de Auditoria.

3.2 Em consequência dessa decisão:

- Obteve-se entendimento do controle interno em grau mínimo; e
- Realizaram-se poucos testes de controle.

## 4 - AVALIAÇÃO E RESPOSTA AOS RISCOS DE DISTORÇÃO RELEVANTE

4.1 Foram identificados e avaliados os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis e em relação à conformidade das operações, transações ou atos de gestão relevantes dos responsáveis, independentemente se causadas por fraude ou erro, de acordo com o processo de trabalho indicado.

4.2 Com base nos resultados da avaliação de risco, foram planejados e executados procedimentos de auditoria, na extensão julgada necessária, em resposta aos riscos significativos de maneira a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para suportar as conclusões da auditoria.

4.3 Esses procedimentos de auditoria incluíram análise documental, confirmação de saldos e transações, procedimentos analíticos de amostragem não estatística para testes de controle e de conformidade, levando em consideração a experiência da equipe de auditoria para trabalhos dessa natureza e extensão.

4.4 No tocante às contas e/ou ciclos contábeis não significativos, a evidência de auditoria foi obtida mediante a aplicação de procedimentos de análise de saldos e transações.

## 5 - FORMAÇÃO DAS OPINIÕES E COMUNICAÇÕES À ADMINISTRAÇÃO

5.1 As distorções e as não conformidades detectadas, caso identificadas, na primeira etapa do trabalho (agosto a novembro de 2020) não foram comunicadas à administração, em função da não conclusão dos trabalhos e incompletude de evidências que pudessem justificar demandas nesse sentido até o prazo findo. O Relatório Preliminar 11949572 foi concluído sem fazer constar possíveis achados que justificassem o encaminhamento à Administração.

5.2 Os efeitos das distorções relevantes se comunicadas e não corrigidas pela administração até o fechamento contábil do exercício, e daquelas detectadas após essa data, foram considerados na formação das conclusões e opiniões de auditoria sobre as demonstrações contábeis e sobre a conformidade das operações, transações ou dos atos de gestão relevantes dos responsáveis.

5.3 O relatório preliminar, sem conter achados, as conclusões e as propostas da equipe não foram encaminhados aos dirigentes da entidade para que apresentassem suas perspectivas e as ações corretivas a implementar, de acordo com as orientações do TCU, em função de não apresentar elementos que justificassem o encaminhamento e em nada agregar ao andamento dos trabalhos, ficando a cargo da equipe de auditoria a decisão de encaminhar, não se vislumbrando quaisquer prejuízos nesse sentido, em função do presente relatório suprir essa lacuna, pela completude das informações no objeto da presente auditoria.

## 6 - MÉTODO DE AMOSTRAGEM UTILIZADO NA AUDITORIA

6.1 Os testes de conformidade aplicados aos processos foram realizados com base em amostra não estatística, por julgamento profissional, considerando a pouca experiência da equipe de auditoria em aplicar as técnicas de amostragens estatística sobre os valores selecionadas no processo de trabalho objeto da auditoria.

## APÊNDICE B - ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Tabela 6 – Resumo das alterações na legislação de pessoal da Justiça Federal

| Legislação  | Alteração  | Porcentagem |
|---|--|-------------|
| EC nº 103/2019, de 12 de novembro de 2019.  | Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.  | -           |
|   | As alíquotas da contribuição previdenciária de que tratam os arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, passaram a vigorar a partir de março/2020.  |             |
| Portaria 914, de 13 de janeiro de 2020 - da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.                        | Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS. (Processo nº 10132.100009/2020-20).   | 4,48%       |
|   | Reajustou em 4,48% a tabela de benefícios pagos pelo INSS, alterando o valor dos proventos da aposentadoria de quem não tem paridade.  |             |
| Portaria 2.963, de 03 de fevereiro de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT).             | Dispõe sobre o reajuste dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (Processo nº 10133.100029/2020-91) | -           |
|   | Entrou em vigor em 1º de março de 2020.  |             |
| Decreto Legislativo 6/2020, de 20/03/2020.  | Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.  | -           |
| Resolução CNJ Nº 321 de 15/05/2020.   | Dispõe sobre a concessão de licença-paternidade, licença à gestante e de licença à adotante para magistrados e servidores do Poder Judiciário brasileiro.  | -           |
|   | Revoga a Resolução CNJ Nº 279, de 26 de março de 2019.   |             |
| Resolução CJF Nº 643/2020, de 30/06/2020.   | Dispõe sobre procedimentos referentes a atos de admissão, de desligamento de pessoal e de concessão de aposentadorias e pensões no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.   | -           |
|   | Revoga a Resolução CJF Nº 148, de 26 de maio de 1995.  |             |
| Macrofunção STN/SIAFI 02.11.42 - Folha de pagamento.  | Procedimento Contábil 11089202 de 03/09/2020, em substituição ao Procedimento Contábil 7857692 de 10/04/2019 que atualiza alterações da Macrofunção SIAFI.   | -           |
| Resolução CJF Nº 663/2020, de 29/09/2020, que dispõe sobre a conversão de um terço de férias em abono pecuniário. | Faculta aos magistrados da Justiça Federal de 1º e 2º graus requererem a conversão de um terço de cada período de férias em abono pecuniário, tendo em vista a edição da Resolução CNJ n. 293, de 27 de agosto de 2019, que reconhece o direito dos magistrados à conversão de um terço de férias em abono pecuniário.             | -           |
| Resolução CJF Nº 683/2020, de 14/12/2020.   | Regulamenta o afastamento de servidor para participação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no País e no exterior, o afastamento para estudo ou missão no exterior, o afastamento para participação em curso de formação e a concessão de licença para capacitação.  | -           |
|   | - Altera o preâmbulo da Resolução CJF nº 5, de 14 de março de 2008, Art. 46.   |             |
|   | - Fica alterado o art. 1º da Resolução CJF nº 5, de 14 de março de 2008.   |             |
|   | - Revogam-se os arts. 12 a 35 da Resolução CJF nº 5, de 14 de março de 2008. Art. 48.  |             |

|  |   |       |
|--|---|-------|
|  | - Revoga-se a Resolução CJF nº 125, de 22 de novembro de 2010.  |       |
| Proc. CNJ 0008714-12.2019.2.00.0000 requerido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE. | O CNJ, por unanimidade, respondeu à consulta no sentido de que devem os tribunais que compõem o Poder Judiciário da União recolher a contribuição paritária da União até o limite de 8,5%, nos moldes do art. 16, <i>caput</i> , e §§1º e 3º, da Lei nº 12.618/2012, sobre o valor da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição – GAJU, que venha a integrar a base de cálculo da contribuição previdenciária complementar por opção do magistrado. | 8,50% |

Fonte: Elaborado pela Dipag TRF1

### APÊNDICE C - COMENTÁRIOS DE GESTORES E ANÁLISES DA EQUIPE DE AUDITORIA

Este Apêndice atende ao disposto nas Normas de Auditoria do TCU e seria completado após a obtenção de comentários dos dirigentes da entidade auditada sobre o relatório preliminar, caso houvesse.

Também atende ao disposto no art. 14 da [Resolução TCU nº 315/2020](#), no sentido de oportunizar aos destinatários das deliberações a apresentação de comentários sobre as propostas de recomendação, solicitando, em prazo compatível, informações quanto às consequências práticas da implementação das medidas aventadas e eventuais alternativas.

A inclusão e a análise desses comentários no relatório final resultam em um documento que não só apresenta os achados, as conclusões e as propostas da equipe, mas também a perspectiva dos dirigentes e as ações corretivas que pretendem adotar.

No entanto, considerando que, ao concluir os trabalhos, não foram identificadas ocorrências classificadas como **achados de auditoria**, que pela sua relevância, materialidade, natureza ou circunstância justificassem o envio de recomendações, encaminhamentos à gestão e comentários, bem como a análise da equipe de auditoria, não se aplica a esse item o objetivo pretendido.

### APÊNDICE D - PLANO DE CAPACITAÇÃO

O Plano de Capacitação 2021 11730592, criado com o objetivo de promover a formação continuada de servidores da SJTO em atuação na unidade de Auditoria Interna, atende às exigências do TCU, Ofício-Circular nº 1/2020 – Segecex/11483652, mencionada no item 2.4 que trata da metodologia e limitações inerentes à auditoria. Esse plano contempla ações educacionais que devem ser ofertadas em 2021. O referido plano abrange 07 ações de treinamento, listadas abaixo, objetivando proporcionar alinhamento do conhecimento, nas modalidades a distância ou presencial, em conformidade com os arts. 69 a 73 da [Resolução CNJ nº 309/2020](#).

Tabela 7 - Plano de Capacitação

| PLANO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SEÇÃO DE AUDITORIA INTERNA - 2021                  |                          |
|---|--------------------------|
| CURSOS / EVENTOS  | QUANTIDADE DE SERVIDORES |
| VII Fórum de Boas Práticas em Auditoria e Controle Interno no Poder Judiciário - Brasília | 3                        |
| Curso de Auditoria Governamental Baseada em Riscos  | 3                        |
| Curso de Avaliação de Controles Internos  | 3                        |
| Curso de Auditoria de Folha de Pagamento  | 3                        |
| Curso de Auditoria em Gestão de Contratos   | 3                        |
| Curso de Auditoria Contábil no Setor Público  | 3                        |
| Curso de Aposentadorias e Pensões   | 3                        |

Fonte: PAe/SEI nº 0004283-17.2020.4.01.8014

### LISTA DE SIGLAS

AICPA – Instituto dos Auditores Independentes Certificados dos Estados Unidos

BF – Balanço Financeiro

BGU – Balanço Geral da União

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CGU – Controladoria Geral da União

CJF – Conselho da Justiça Federal

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

DN – Decisão Normativa

DT – Distorção Tolerável

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

EFS – Entidades de Fiscalizações Superiores

EGA – Estratégia Global de Auditoria

GAJU – Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição

IFAC – Federação Internacional de Contadores

INTOSSAI - Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores

ISA – Normas Internacionais de Auditoria (na sigla em inglês)

ISSAI – Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores

LAD – Limite para Acumulação de Distorções

LOA – Lei Orçamentária Anual  
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal  
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público  
ME – Materialidade para Execução  
MG – Materialidade Global  
NAT – Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União  
NBC TA – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria  
NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público  
PAC – Padrões de Auditoria de Conformidade do Tribunal de Contas da União  
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público  
RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil  
RG – Relatório de Gestão  
RPNP – Restos a Pagar Não Processados  
SECAU – Secretaria de Auditoria Interna  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
SJTO – Seção Judiciária do Tocantins  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TRF1 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
UG – Unidade Gestora  
UGE – Unidade Gestora Executora  
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa  
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

#### LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Despesas liquidadas objeto de testes de detalhes  
Tabela 2 – Referências e percentuais adotados pelas EFS  
Tabela 3 – Níveis de materialidade revisado  
Tabela 4 – Determinação da materialidade para as demonstrações contábeis como um todo (materialidade para o planejamento)  
Tabela 5 – Determinação da materialidade para a execução da auditoria  
Tabela 6 – Resumo das alterações na legislação de pessoal da Justiça Federal  
Tabela 7 – Plano de Capacitação

Palmas-TO, em 23 de março de 2021.

**Eveni Alves Dias**  
Supervisor da Seção de Auditoria Interna

**José Denilson de Sousa Cruz**  
Central de Auditoria de Gestão Administrativa e Contábil



Documento assinado eletronicamente por **José Denilson de Sousa Cruz, Analista Judiciário**, em 23/03/2021, às 18:26 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eveni Alves Dias, Supervisor(a) de Seção**, em 23/03/2021, às 18:32 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **12590195** e o código CRC **C872609B**.